

1ª

Série

Filosofia

**MATERIAL
DIGITAL**

Teorias do direito e do contratualismo

**2º bimestre
Aula 7**

**Ensino
Médio**

Secretaria da
Educação



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Conteúdos

- Teorias do direito divino;
- O jusnaturalismo;
- A passagem do estado de natureza para a sociedade civil.
- Contrato social: o contratualismo de Thomas Hobbes.

Objetivos

- Analisar a justificação do poder soberano segundo as teorias do direito divino do início do período moderno;
- Analisar a justificação do poder soberano segundo o contratualismo de Thomas Hobbes;
- Comparar as duas posições filosóficas.



O Estado brasileiro é laico

Isso quer dizer que o Estado não deve favorecer ou discriminar nenhuma religião, garantindo a liberdade religiosa e a separação entre as instituições religiosas e governamentais.

A laicidade do Estado está manifesta na Constituição Federal de 1988, que no parágrafo 2º do artigo 11 proclama que “é vedado aos Estados, como à União, estabelecer, subvencionar, ou embaraçar o exercício de cultos religiosos”.

Em sua opinião, qual é a importância do princípio da laicidade do Estado?



SENADO FEDERAL

Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008.

CONSTITUIÇÃO
da República Federativa do Brasil



Capa da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, criada por Cosme Rocha.

Reprodução – WIKIMEDIA COMMONS, 2018. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:CF88_Livro_EC91_2016.png. Acesso em: 5 fev. 2025.



Coroa dinamarquesa.

Reprodução – WIKIMEDIA COMMONS, 2006. Disponível em:
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Denmark_crown.png?uselang=pt.
Acesso em: 5 fev. 2025.

Teoria do direito divino dos reis

A teoria do **direito divino dos reis** ganhou força na Europa dos séculos XVI e XVII em um cenário de **crise política e religiosa** após a Reforma Protestante. Em meio às Guerras da Religião e às disputas entre monarquias e instituições aristocráticas tradicionais, monarcas como **Jaime I da Inglaterra** e **Luís XIV da França** buscaram centralizar o poder do Estado, subjugando a nobreza, o clero e os parlamentos. A teoria do direito divino dos reis sustentava que **a autoridade real deriva diretamente da vontade de Deus**, legitimando assim o processo de concentração de poder na figura do soberano. Ao vincular seu poder à vontade divina, os reis justificavam seu domínio absoluto como forma de **impor ordem** em meio ao caos, neutralizando rivais e consolidando os Estados nacionais em formação.

Teoria do direito divino e absolutismo

O **absolutismo** caracteriza-se pela concentração do poder político na figura de um soberano, geralmente um monarca, que não se submete a outras instâncias de controle institucional, como leis, parlamentos e outros poderes. Essa forma de poder soberano absolutista, defendida por filósofos como **Jean Bodin** (1530-1596), encontrou uma forte justificativa na afirmação do **direito divino dos reis** articulada por pensadores como **Jacques-Bénigne Bossuet** (1628-1700). Concedido por Deus ao monarca absoluto, o poder soberano não deveria ser contestado por seus súditos ou por pretendentes à coroa! O monarca absoluto seria o **instrumento divino** em uma **ordem sagrada e imutável**. A ordem política deveria ser, portanto, preservada das disputas mundanas e das constantes mudanças nas leis humanas.



Jean Bodin (1530-1596) foi um jurista e filósofo político francês. Ele viveu durante um período de intensos conflitos religiosos na França, o que influenciou sua defesa de um governo forte e centralizado.

Reprodução – WIKIMEDIA COMMONS, 2016. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jean_Bodin.jpg. Acesso em: 5 fev. 2025.



O poder do Estado e a sua legitimidade

Qual das seguintes afirmações melhor descreve a teoria da autoridade divina dos reis?

A autoridade dos reis é derivada do consentimento dos governados.

A autoridade dos reis é concedida por uma entidade divina e não pode ser questionada pelos súditos.





O poder do Estado e a sua legitimidade

Qual das seguintes afirmações melhor descreve a teoria da autoridade divina dos reis?



A autoridade dos reis é derivada do consentimento dos governados.

A autoridade dos reis é concedida por uma entidade divina e não pode ser questionada pelos súditos.



O Estado de Direito na contemporaneidade

Como vimos, as discussões da filosofia política do início do período moderno foram marcadas por tentativas teóricas de fundamentar a legitimidade da ordem política dos Estados absolutistas a partir de princípios **teológicos**, argumentando que o poder soberano derivaria **de uma vontade divina**.

Estados de direito contemporâneos, ao contrário, são constituídos a partir de princípios como a **laicidade do Estado** e a **soberania popular**, de acordo com os quais o poder político emana do **consentimento dos cidadãos**, expresso por meio de leis e de instituições seculares. **A afirmação de um mandato divino ao poder não é, portanto, compatível com esses princípios.**

Para refletir

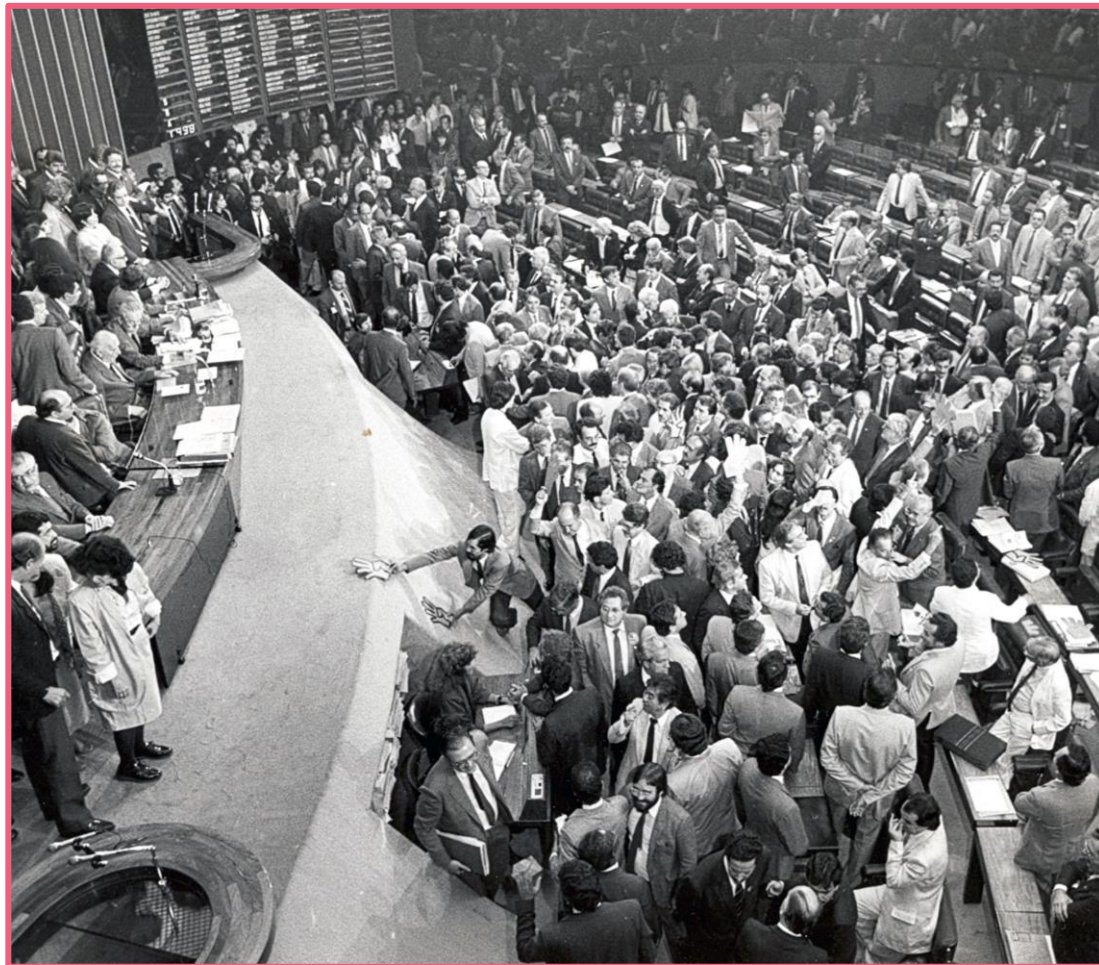
- Como argumentos derivados de crenças religiosas e utilizados para justificar posições de poder podem desafiar os princípios de laicidade e pluralismo inerentes à democracia brasileira, especialmente em um contexto de diversidade religiosa e cultural?

Destaque



A **Constituição Federal de 1988** fundamenta a legitimidade do poder estatal no Brasil. Ela estabelece os direitos, os deveres e as regras “do jogo político”, como a determinação para a realização periódica de eleições livres e democráticas, para a escolha de administradores e dos representantes parlamentares nos âmbitos municipal, estadual e federal.

- Muitas vezes se faz referência à Constituição como “**contrato social**”. **Você sabe por quê?**



Sessão parlamentar que então estabeleceu a Constituição de 1988.

Reprodução – AGÊNCIA BRASIL/WIKIMEDIA COMMONS, 2009. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sessaoconstituente.jpg>. Acesso em: 5 fev. 2025.

A limitação ao poder soberano

Se o Estado absolutista era marcado por uma situação jurídica em que o detentor do poder soberano não estava submetido às leis, o **Estado de Direito** contemporâneo, ao contrário, se fundamenta no **princípio da igualdade de todos perante a Lei**. Ou seja, governados e governantes devem estar, igualmente, submetidos às obrigações legais.

Desse modo, enquanto no absolutismo o poder soberano não encontrava limites, **no Estado de direito há mecanismos de limitação ao exercício do poder e a necessidade de respeitar garantias aos governados**. Embora a preferência pelo Estado de direito às configurações autoritárias de poder pareça evidente no contexto em que vivemos, a instituição desses mecanismos de limitação ao poder exigiu um longo processo de construção conceitual. **A afirmação de direitos naturais foi fundamental nesse processo.**

Destaque

O **jusnaturalismo** é uma corrente filosófica que defende a existência de **direitos naturais**, ou seja, direitos fundamentais, inerentes à natureza humana.

Isto é, são direitos universais e imutáveis, válidos para todos os seres humanos, independentemente de sua cultura ou época.

Esses direitos são considerados superiores às leis criadas pelos homens, servindo, portanto, como fundamentos às leis humanas, logo, como **limites naturais ao exercício do poder soberano**.

O contratualismo de Hobbes

Um marco no debate sobre as condições de legitimidade do poder soberano ocorreu entre os séculos XVI e XVII, quando pensadores como **Thomas Hobbes** passaram a fundamentar a autoridade política em **bases seculares e racionais**.

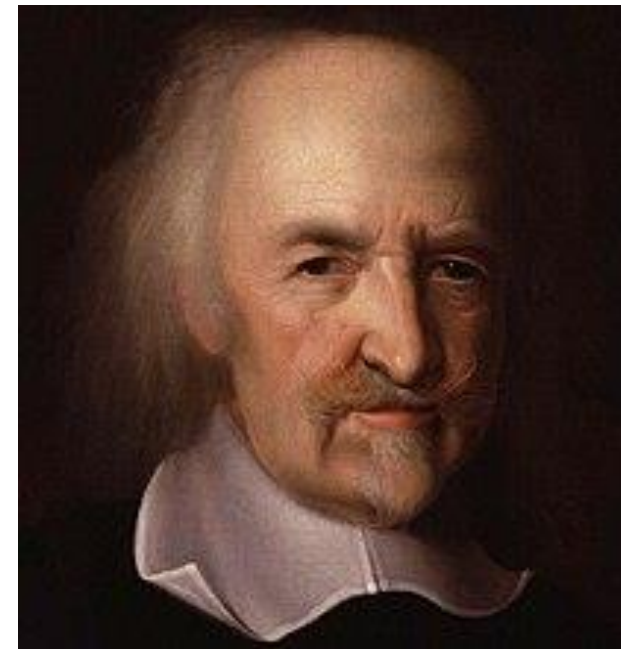
Em *Leviatã* (1651), Hobbes concebeu a constituição de um **poder soberano** pela celebração de um **contrato social**. Sua filosofia política, porém, não visava limitar o poder soberano, mas assegurar a legitimidade de uma autoridade soberana forte como poder capaz de **garantir aos cidadãos o direito natural à segurança e à proteção da vida**.

Thomas Hobbes

Reprodução – NATIONAL PORTRAIT GALLERY/WIKIMEDIA COMMONS, 2008.

Disponível em:

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Thomas_Hobbes_\(portrait\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Thomas_Hobbes_(portrait).jpg). Acesso em: 5 fev. 2025.



Destaque



Thomas Hobbes (1588-1679), filósofo político inglês, vivenciou a Guerra Civil Inglesa (1642-1651), conflito entre partidários absolutistas do rei Carlos I e parlamentaristas, que defendiam a limitação do poder real. O período, marcado por conflitos políticos e religiosos, resultou na execução do rei e na instauração temporária da Comunidade da Inglaterra, liderada por Oliver Cromwell.

Hobbes e a concepção de um estado de natureza

Para além da ideia da instituição do Estado político por meio do contrato social, um ponto em comum aos pensadores contratualistas é a concepção hipotética do estado das interações humanas anterior à instituição da vida política. Não se trata da análise de uma situação histórica concreta, mas de uma **ferramenta teórica** utilizada para explicar a necessidade do poder político e da organização estatal. Hobbes designou essa condição natural da humanidade como **estado de natureza**.

Trata-se de uma situação em que cada ser humano é completamente livre e não deve obediência a nenhuma autoridade superior. Nesse estado, não há leis, instituições estatais ou autoridades políticas que regulem as relações entre os indivíduos.

Para refletir

- Como você imagina que as pessoas agiriam numa situação assim?
- A supressão do Estado e do poder soberano resultaria em quê?
- Seria um estado de coisas pacífico ou conflituoso?

O estado de natureza como guerra de todos contra todos

Segundo Thomas Hobbes, a natureza humana é essencialmente egoísta e movida pelo instinto de autopreservação. Cada indivíduo busca satisfazer seus próprios desejos e garantir sua sobrevivência, o que inevitavelmente leva à competição e ao conflito. Para Hobbes, na ausência de uma autoridade política capaz de impor limites aos impulsos egoístas e violentos que os indivíduos dirigem uns contra os outros, vive-se uma situação de conflitos contínuos, o que configura **o estado de natureza e uma guerra de todos contra todos**.

A **igualdade natural** e a **liberdade irrestrita** que cada um dispõe nesse estado pré-político não pode ser, portanto, desfrutada. Em vez disso, o que se experimenta é uma **sensação de medo e de insegurança permanentes**.



Gravura Os desastres da guerra nº 5: “E são feras”, de Francisco Goya.

Reprodução – ARNO SCHMIDT
REFERENCE LIBRARY/WIKIMEDIA
COMMONS, 2006. Disponível em:
[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Goya-Guerra_\(05\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Goya-Guerra_(05).jpg). Acesso em: 5 fev. 2025.

Para refletir

Hobbes retoma uma expressão romana segundo a qual “o homem é o lobo do homem”.

- **Você concorda com a visão de Hobbes sobre a natureza humana? Por quê?**

O contrato social

Para Hobbes, a estruturação da comunidade, ou seja, do vínculo social estável entre indivíduos e suas famílias, é essencial para garantir segurança e ordem. No entanto, a manutenção dessa coesão entre seres naturalmente egoístas e violentos exige um **contrato social**, por meio do qual cada indivíduo consente em **ceder seu direito natural à liberdade** e abdicar da igualdade irrestrita em favor de uma **autoridade comum**. Essa autoridade passa a constituir um **poder soberano** que **se impõe com legitimidade às vontades individuais dos súditos** e tem o dever e a responsabilidade de **preservar o direito natural e inalienável de cada homem à vida e à segurança**. Assim, o **Estado** é instituído como detentor legítimo de um **domínio absoluto** capaz de garantir a estabilidade social, impedindo o retorno da sociedade ao estado de natureza, situação na qual prevaleceria o caos, a insegurança e a constante ameaça da guerra de todos contra todos.



© Pixabay



O Leviatã

A ilustração do Leviatã na capa da primeira edição desta obra de Thomas Hobbes, publicada em 1651, retrata um monstro bíblico que simboliza o Estado – um homem artificial cuja armadura, composta por inúmeras escamas, é formada pelos próprios súditos. Essa figura representa a **fusão dos indivíduos em um único corpo político**, no qual a **autoridade suprema é centralizada no soberano**. A imagem está associada à noção de alienação dos direitos e da vontade individual dos súditos, os quais, por meio do contrato social, renunciam à liberdade natural e outorgam o poder ao soberano em favor de um governo forte e unificado, responsável por garantir a ordem e a estabilidade da sociedade.

- Observe a imagem ao lado.



Detalhe da capa da edição original da obra *Leviatã*, de Thomas Hobbes, de 1651. A figura do Leviatã se eleva sobre as construções humanas. Acima, a descrição bíblica dessa figura mitológica, em latim, *Non potestas super terram quae comparetur ei iob* [Não há poder sobre a Terra a ele comparável].

Reprodução – WIKIMEDIA COMMONS, 2024. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Leviathan_frontispiece_cropped_British_Museum.jpg. Acesso em: 5 fev. 2025.



O Leviatã

COM SUAS PALAVRAS



Leia o trecho extraído do capítulo XVII do *Leviatã*, intitulado "Das causas, geração e definição de um Estado".

Em pequenos grupos, discuta as questões a seguir:

1. Por que Hobbes escolheu a metáfora do Leviatã para representar o Estado?
2. Como a metáfora do Leviatã ajuda a entender a visão de Hobbes sobre a autoridade e o poder do Estado?

Compartilhe suas ideias principais com a turma.



A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade [...] Uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos [...] foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos [...] para assegurar a paz e a defesa comum.

HOBBS, T. *Leviatã*, capítulo XVII.

Correção

- 1. Hobbes escolheu a metáfora do Leviatã para representar o Estado pois essa criatura representada na tradição bíblica detém imensa força, simbolizando poder e domínio absolutos. Ele utiliza essa imagem para enfatizar que o Estado deve ser um poder soberano incontestável, capaz de subjugar os instintos naturais de violência e egoísmo dos indivíduos, garantindo a ordem e a segurança social.**
- 2. A metáfora do Leviatã reflete a visão de Hobbes de que o Estado deve ter autoridade suprema para evitar os conflitos sociais e a insegurança que caracterizam o estado de natureza. O Leviatã representa um poder centralizado e absoluto que impõe regras e mantém a estabilidade, garantindo a segurança dos indivíduos em troca da renúncia a certas liberdades. Esse poder soberano impede a anarquia e a "guerra de todos contra todos".**



A questão da segurança nos dias atuais

VIREM E CONVERSEM



A partir do que vimos nesta aula, discuta sobre a importância da segurança para a vida política contemporânea.

Responda à pergunta:

Quais os riscos de utilizar um discurso hobbesiano para criticar a ineficiência do Estado em garantir a segurança de algumas populações ou grupos específicos?

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 2003.

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Moderna, 2005.

HOBBS, T. **Leviatã**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf Acesso em 18 fev. 2025.

LEMOV, D. **Aula nota 10**: 49 técnicas para ser um professor campeão de audiência. São Paulo: Da Boa Prosa/Fundação Lemann, 2011.

ROSENSHINE, B. Principles of instruction: research-based strategies that all teachers should know. **American Educator**, v. 36, n. 1, Washington, 2012. pp. 12-19. Disponível em: <https://www.aft.org/ae/spring2012>. Acesso em: 5 fev. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Currículo Paulista**: etapa Ensino Médio, 2020. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2023/02/CURR%C3%8DCULO-PAULISTA-etapa-Ensino-M%C3%A9dio_ISBN.pdf. Acesso em: 5 fev. 2025.

Identidade visual: imagens © Getty Images.

Para professores



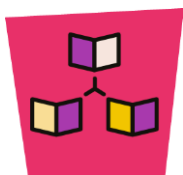
Habilidade: (EM13CHS206) Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico. (SÃO PAULO, 2020).

Obs.: a habilidade EM13CHS206 é uma habilidade de área, conforme o currículo do Estado de São Paulo. O componente curricular Filosofia promove o desenvolvimento dessa habilidade, seus valores e atitudes, em conformidade com a sua tradição, não se aplicando à Filosofia abordar outros elementos da habilidade que competem ao raciocínio geográfico. A escolha dessa habilidade reflete a definição do seguinte Objeto do Conhecimento para o componente filosofia no Currículo Paulista: **a autonomia do indivíduo frente ao poder do Estado: as contribuições dos pensadores contratualistas.**

Slide 3



Tempo: 2 minutos.



Dinâmica de condução: professor(a), a atividade de abertura tem como objetivo convidar o estudante para problematizar a relação entre religião e política a partir do artigo 11 da CF que define o Estado brasileiro como laico.

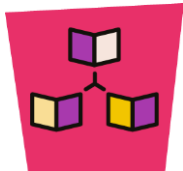


Expectativas de respostas: as respostas são abertas, contudo, espera-se que os estudantes respondam de acordo com o que foi perguntado, contribuindo para a dinâmica da aula.

Slides 6 e 7



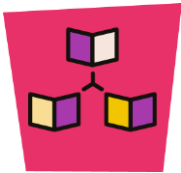
Tempo: 2 minutos.



Dinâmica de condução: professor, a seção “Pause e resposta” pode ser trabalhada rapidamente. Pode-se escolher algum estudante para responder à pergunta e comentar sua resposta rapidamente. A atividade pretende verificar a compreensão dos estudantes.



Tempo: 3 minutos.



Dinâmica de condução: professor(a), aqui, os estudantes são convidados a se manifestar relacionando o conteúdo da aula com a sua própria realidade.



Expectativas de respostas: resposta aberta e pessoal. Contudo, espera-se que os estudantes relacionem os conteúdos sobre Hobbes com suas próprias experiências dentro de uma democracia.

